

ENTREVISTA / Max de Freitas Mauro

Política
AJ02814

O ex-governador e deputado federal, Max Mauro (PTB), não aceita ser apontado como o responsável pelo grande número de precatórios que o Estado possui hoje e que estão sendo cobrados na Justiça. Ele se defende, dizendo que a responsabilidade foi de seus sucessores, Albuíno Azeredo (PDT) e Vitor Buaiz (PV), que teriam se omitido na defesa do Estado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). "O Estado se desinteressou pela causa e acabou perdendo", assinala.

Max revela ainda que pretende cumprir seu mandato na Câmara Federal até o final, quando decidirá seu futuro político. Ressalta, no entanto, que acha difícil voltar a governar o Estado. A íntegra dessa entrevista, concedida na última sexta-feira, está disponível no Gazeta Online, no endereço www.agazeta.com.br.

A GAZETA - Algumas medidas administrativas adotadas durante o período em que o senhor governou o Espírito Santo (1986-89) são apontadas como as responsáveis pela geração de grande volume de precatórios existentes hoje no Estado. Entre elas está o pagamento de um reajuste de 161,98%, já concedido pelo Tribunal de Justiça a um grupo de servidores, e que o atual Governo alega não ter como pagar. Qual o montante de precatórios que o senhor deixou ao término de seu Governo?

MAX DE FREITAS MAURO - Precatórios sempre existiram em todos os governos. Até o meu Governo o Estado sempre pagou os precatórios porque essa é uma obrigação constitucional. Quando saí, todas as dívidas de precatórios do meu Governo estavam quitadas, como a dos governos anteriores também. Assim foi feito com todas as dívidas. Transmiti um Governo com todos os compromissos em dia. Os meus sucessores é que não pagaram os precatórios judiciais do período deles. Quem não pagou esses precatórios da trimestralidade não foi o meu Governo não, foi o de Albuíno Azeredo e de Vitor Buaiz. Essa dívida existe porque eles não pagaram.

Porque o senhor decidiu não pagar o reajuste - duas trimestralidades - pleiteado pelos servidores, à época?

Durante os quatro anos de meu Governo deixei de pagar duas trimestralidades - mecanismo em que se fazia a reposição salarial de, no mínimo, 60% da variação do IPC no período. Com o congelamento da receita do Estado pelo Plano Collor, nós não pudemos pagar essas trimestralidades exatamente para não quebrar o Estado, co-



Helô Sant'Ana

Carreira

Max Mauro revela que não pretende voltar ao Governo do Estado, em 2002, e explica o porquê: 'Esse grupo de empresários ligado ao Fundap tem verdadeiro pavor da minha volta'

José Ignácio também é refém desse grupo?

Qualquer leitor pode analisar. Veja bem, o Fundap (Fundo de Desenvolvimento para as Atividades Portuárias) abocanha hoje mais de um terço do ICMS do Estado. O Fundap é constituído sobretudo do ICMS das importações que 188 empresários, a ele filiados, fazem pelos portos do Espírito Santo. O prazo de recolhimento desse ICMS, que era de 60 dias após operação comercial, foi postergado por mais 35 dias. No mês de março, a arrecadação desse ICMS resultou numa receita, informada pelo próprio Governo, de R\$ 42 milhões - prorrogada por mais 35 dias. Aplique esse dinheiro no mercado financeiro e veja quanto se está dando aos empresários. Além dos privilégios de que dispõem, têm mais esse.

Isso é uma imoralidade, um escândalo. Um Estado falido, que não paga seus servidores, que passam necessidade, que não tem recursos para a Saúde, cuja capital tem o maior índice de criminalidade do país, fazendo essas concessões para um grupo de privilegiados.

Outro ponto importante: fiz um pedido ao governador, durante reunião com a bancada federal, para que suspendesse o pagamento dos impostos do Estado com precatórios e não fui atendido. O pacote fiscal que está indo para a Assembléia quer tirar do povo o que ele já não tem, com imposto até para a água que a gente bebe para viver. Isso lembra o Governo de Vitor Buaiz, que tentou a mesma coisa, e que aliás já disse que este é um Governo de continuidade. São sinais de que ele (José Ignácio) é refém do mesmo grupo.

Outra polêmica em relação ao Fundap diz respeito ao comprometimento das receitas do Estado com pessoal. A Lei Complementar 96 não autoriza a exclusão dessa arrecadação do cálculo da receita corrente estadual, mas o atual Governo não a considera, argumentando que é um dinheiro que não se faz presente no caixa, o que eleva o comprometimento com pessoal para a casa dos 90%.

Isso é grave. O Fundap é uma receita orçamentária. O Estado arrecada e depois transfere para o fundo. E mais, é uma receita de imposto. O que acontece é que eles são os grandes financiadores das campanhas de deputados estaduais principalmente, além dos deputados federais, de governadores.

O ex-governador Vitor resolveu não considerar o ICMS do Fundap como receita de impostos para beneficiar esses fundapeanos. Em consequência, quem perdeu foi o funcionalismo e a Educação, porau

Durante os quatro anos de meu Governo deixei de pagar duas trimestralidades - mecanismo em que se fazia a reposição salarial de, no mínimo, 60% da variação do IPC no período. Com o congelamento da receita do Estado pelo Plano Collor, nós não pudemos pagar essas trimestralidades exatamente para não quebrar o Estado, como eles fizeram depois de mim.

Para você ter uma idéia do que isso representava em termos de acréscimo de despesa, em novembro de 1990, quando recorri à Justiça, a receita corrente era de Cr\$ 6,3 bilhões (cruzeiros) e a folha de pagamento com o reajuste atingiria Cr\$ 8,747 bilhões (cruzeiros), o que representaria um comprometimento de 138,40% da receita. Eu teria falido o Estado. Agora querem me condenar porque não quebrei o Estado? Isso é uma inversão de valores que precisa ser repudiada. Tenho recebido muitas críticas injustificadas.

Críticas de quem?

Tenho sido muito criticado pelo atual presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos Gratz. Eu quero aproveitar e fazer uma denúncia grave. Foi o Gratz que tomou a iniciativa de um projeto de lei, que se transformou na Lei 5742/98, que concede permissão para pessoas físicas cederem créditos contra o Estado a pessoas jurídicas e a compensação destes. Isso quer dizer que ele estabeleceu um mercado de precatórios, uma indústria de precatórios no Estado.

Ele é o maior beneficiário. Ele está adquirindo, comprando esses precatórios, com deságio de 90%, isto é, está comprando por 10% do valor, e está negociando com pessoas jurídicas, com um deságio maior, se enriquecendo cada vez mais. Aliás ele, nesses oito anos que se seguiram ao meu Governo, ganhou muito poder, mas também ganhou muito dinheiro às custas de um Estado falido pelos meus sucessores. É preciso que o Tribunal de Contas e o Ministério Público atuem tomem providências contra isso; é uma imoralidade. É difícil explicar como o Estado perdeu essa questão da trimestralidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

Por quê?

Quando o Tribunal de Justiça concedeu as duas trimestralidades a que eu me referi, e começou a conceder liminares e mandatos de segurança para alguns grupos de servidores, recorri da decisão no STF, onde as liminares foram suspensas. Saí do Governo e elas estavam suspensas, mas os meus sucessores não se preocuparam em dar continuidade a essa luta, o Estado se desinteressou pela causa e acabou perdendo, e olha que tínhamos conseguido suspender a liminar. O resultado foram os precatórios. Os responsáveis por esses precatórios foram os que se

Os meus sucessores não pagaram os precatórios judiciais do período deles

Carreira

Max Mauro revela que não pretende voltar ao Governo do Estado, em 2002, e explica o porquê: 'Esse grupo de empresários ligado ao Fundap tem verdadeiro pavor da minha volta'

Helô Sant'Ana

'José Ignácio é refém do Fundap'

Para governar com austeridade e recuperar as finanças estaduais, assinala Max Mauro, o governador José Ignácio Ferreira precisa se libertar 'desse esquema de campanha' que o mantém 'refém de um grupo político e de meia dúzia de empresários do Fundap'. O ex-governador faz ainda críticas ao presidente da Assembléia, José Carlos Gratz, a quem acusa de criar 'a indústria dos precatórios'

VILMARA FERNANDES

omitiram de defender essa causa no STF.

Outro ponto importante é que, para uma das servidoras que recorreu à Justiça, no dia 13 de maio de 1996, o STF, por unanimidade de votos, reconheceu ser inconstitucional o reajuste trimestral com base no IPC. Existe o acórdão. Quero chamar a atenção do governador (José Ignácio) para o fato. É dever dele conhecer a fundo a questão e defender os interesses do Estado. Esses precatórios são questionáveis, sem sombra de dúvida.

O Estado acompanha, nas últimas semanas, uma polêmica discussão entre o prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, e o presidente da Assembléia, José Carlos Gratz, em torno de um novo modelo de distribuição do ICMS, proposto pelo próprio Gratz e que deverá ser votado já na próxima semana, segunda ele. Que avaliação o senhor faz dessa discussão?

O projeto do Gratz é flagrantemente inconstitucional. Infelizmente a Assembléia é presidida por um cidadão que está acostumado a viver à margem da lei e entende que, com um projeto de sua autoria, pode revogar a Constituição Federal. Acho que o critério de distribuição do ICMS precisa ser revisto, mas o foro adequado, no momento, é a comissão especial da Reforma Tributária, na Câmara dos Deputados. Essa é uma proposta demagógica do Gratz,

com objetivo de fazer média com os prefeitos, já que ele anunciou que é candidato ao Senado. Eu espero que o governador não endosse essa iniciativa.

Falando em Reforma Tributária, o governador José Ignácio Ferreira está preparando uma mini-reforma em que está previsto um aumento na carga de tributos, até mesmo para o consumo de água. Que avaliação o senhor faz dessas medidas e de outras já adotadas nos últimos meses?

Na verdade, nos últimos oito anos, o Estado vem sendo governado a partir da Assembléia Legislativa, onde se instalou um grupo, na maioria filiados ao PFL, que nesse período acumulou muito poder e ganhou muito dinheiro. Esse grupo tem uma aliança muito poderosa, feita com alguns empresários do Fundap, e que tem sido a grande financiadora das últimas eleições. Esse grupo conseguiu que os dois últimos governadores se tornassem reféns deles.

Eles hoje têm nas mãos o Tribunal de Contas, a partir da nomeação dos últimos três conselheiros - o que, por sinal, foi inconstitucional. Ninguém pode negar também que eles têm influência em determinado segmento do Poder Judiciário, nas organizações policiais do Estado. Eu me recordo que, no meu período de Governo, quando trouxe a Polícia Federal para investigar o crime organizado no Espírito Santo, havia envolvimento de algumas pessoas desse grupo.

O Gratz, por exemplo, entrou na política para quê? Para se proteger com a imunidade parlamentar, e ele conseguiu

chegar à presidência da Assembléia, alterou a Constituição do Estado para se reeleger e diz abertamente que tem a maioria imensa dos deputados em suas mãos. Ele é o todo poderoso no Estado, mas qualquer cidadão pode chegar no Tribunal de Justiça e pedir a relação dos processos que esse cidadão responde. Isso, para nós capixabas, nos cora de vergonha e de indignação. Não sei o que será do futuro do Espírito Santo se essas coisas continuarem. Eu espero que o governador José Ignácio não caia nas mãos desse grupo.

QUEM É ELE

Político dos mais votados no Estado

O ex-governador Max de Freitas Mauro entrou para a política nos anos 70, quando foi eleito prefeito de Vila Velha para um mandato tampão de dois anos. Nos anos seguintes elegeu-se, em 74, deputado estadual; 78, deputado federal; e, em 82, foi reeleito para a Câmara Federal. Em todos os pleitos conseguiu as maiores votações da história política do Estado. Nascido em 11 de março de 1937, em Vila Velha, é filho de Saturnino Rangel Mauro, deputado estadual pelo PTB, em 47, autor da emenda constitucional que estabeleceu a autonomia política de Vila Velha. É pai do deputado estadual Max Filho (PTB), o mais votado na última eleição para a Assembléia Legislativa. Afastado da política desde 1990, o ex-governador retornou ao Congresso Nacional no ano passado, como um dos deputados federais mais bem votados do Espírito Santo.

mente, além dos deputados federais, de governadores.

O ex-governador Vitor resolveu não considerar o ICMS do Fundap como receita de impostos para beneficiar esses fundapeanos. Em consequência, quem perdeu foi o funcionalismo e a Educação, porque o Espírito Santo, a terra dos senador João Calmon, é o único Estado do país que não aplica os 25% da receita na Educação, como a Constituição Federal, em seu artigo 212, determina. Isso porque estão excluindo o Fundap. Então, a Educação está perdendo uma barbaridade. Isso é crime.

Ontem (quinta-feira) eu entreguei uma denúncia ao ministro da Educação, pedindo uma fiscalização rigorosa na aplicação desses recursos, porque é deles que se transferem 15% para o Fundef (Fundo de Desenvolvimento e Valorização do Magistério do Ensino Fundamental). Entreguei em mãos e protocolei no Ministério da Educação. Também estou pedindo, por intermédio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, uma auditoria sobre a aplicação desses recursos. O governador José Ignácio tem que tomar uma atitude.

Que tipo de atitude?

Tem primeiro que se livrar desse esquema de campanha, que faz com que o Governo se torne refém desse grupo político e de meia dúzia de empresários do Fundap, e governar com austeridade esse Estado, para que possamos reequilibrar as finanças e recuperar a capacidade de investimento, para enfrentar os graves problemas que estão exigindo uma solução urgente. E mais, esse negócio de dizer que não vai olhar pelo retrovisor significa que ele (Ignácio) está assumindo a co-responsabilidade por tudo o que aconteceu no Governo anterior.

Vitor Buaiz, em dezembro, no apagar das luzes, deu um perdão fiscal a grandes empresas. O Estado perdeu milhões com essa história e José Ignácio já admitiu fazer novamente acordo desse tipo. Isso significa não olhar para trás, endossar toda essa bandalheira do passado, essa roubalheira, porque o povo foi roubado nesses acordos.

Qual é o seu futuro político? O senhor pretende retornar ao Governo do Estado em 2002?

Eu vou cumprir o meu mandato na Câmara Federal e, ao final dele, decido se encerro minha carreira política ou se continuo. Acho difícil porém, voltar ao Governo do Estado. Esse grupo de empresários, aliado a essa oligarquia, é muito poderoso e tem um verdadeiro pavor da minha volta, pelo que eu fiz como governador. A corrupção eleitoral é grande, o processo eleitoral é marcado pelo abuso do poder econômico, pela compra de votos. Enquanto não tivermos o processo eleitoral limpo, isento dessa interferência, os governantes continuarão chegando ao poder e tendo que pagar quem os financiou.